

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO
AMBIENTE
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE**

1 Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento
2 Territorial do Litoral Paranaense, realizadas aos vinte e três dias do mês de março
3 de hum mil novecentos e oitenta e oito, conforme convocação enviadas aos
4 membros natos e efetivos do Conselho. 2 - Aos vinte e três dias do mês de março
5 de hum mil novecentos e oitenta e oito, às nove horas na sala de reuniões da
6 Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, com endereço à
7 Rua Marechal Hermes, 910 - Curitiba - Paraná, reuniram-se os membros efetivos e
8 natos do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, sendo a
9 Presidência dos trabalhos exercida pelo Dr. Ary Veloso Queiroz, Secretário de
10 Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Como membros natos
11 compareceram os senhores: Dr. Ramar Teixeira Nogueira, Diretor Geral da
12 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Heinz Georg
13 Herwig, Secretário do Estado dos Transportes, Dr. Carlos Cezar Sales de
14 Albuquerque Maranhão, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Indústria e do
15 Comércio, Dr. Danilo Lorusso, Diretor Geral da Secretaria do Estado da Cultura,
16 Prefeito Cleantes Coelho Xavier, Prefeito Joubert Gonzaga Vieira, Prefeito Mário
17 Pock e Dr. Lúcio Corrêa Moura. Como membros efetivos compareceram os
18 senhores: Dr. Cândido Gomes Chagas, Sr. Edmir Manoel Ferreira, Dr. Guilherme
19 Lindroth, Dr. Ivo Mendes Lima, Sr. José Roque da Silva, Dr. Sérgio Cavalcanti e
20 Sr. Luiz Renato Munhoz. Como convidado compareceu o Dr. Ivan Roberto
21 Brzezinski, Presidente do ITCF. 3 - Apreciação e votação da ata da Décima Quarta
22 reunião ordinária do Conselho: Dr. Ary Veloso Queiroz, colocou a palavra em
23 aberto para eventuais retificações da mesma. Dr. Guilherme Lindroth, solicitou a
24 inclusão do assunto por ele explanado sobre o problema da eletrificação rural nas
25 Ilhas do Superagui e das Peças, sendo que tal projeto foi aprovado no governo
26 anterior e até presente data não foi implantado, sugeriu então que o Conselho
27 enviasse ofício ao órgão competente solicitando esclarecimento a respeito. Em
28 seguida o Dr. Ary Veloso Queiroz colocou em votação a referida ata, sendo a
29 mesma aprovada por unanimidade dos presentes. 4 - Ordem do Dia: A -
30 Apresentação do Relatório sobre o processo do empreendimento Village
31 Guaraqueçaba: nº 0871/88 - ITCF - Dr. Ary Veloso Queiroz, concedeu inicialmente
32 a palavra aos interessados, o Sr. Néslio Rodrigues Pinheiro, esclareceu que em
33 época alguma houve desmatamento irregular na área por parte da empresa,
34 colocando-se a disposição para vistorias para comprovações ao exposto. Dr. Ivan
35 Roberto Brzezinski, Presidente do ITCF, esclareceu que aquele órgão não
36 posiciona-se contra o empreendimento, somente tem como função cumprir a
37 legislação vigente, afirmou ainda que determinou sindicância para apurações das
38 denúncias feitas pelo Prefeito Cleantes Coelho Xavier sobre o envolvimento de
39 técnicos do ITCF com desmatamentos irregulares no município, em seguida o Dr.
40 Ramar Teixeira Nogueira, Conselheiro Relator do processo, procedeu explanação
41 do seu relatório, apresentando suas conclusões no sentido que o desmate
42 solicitado não poderá ser efetuado - até porque, como se observa no desenho
43 número - cinco do presente, o mesmo não se dará em área de sua propriedade,

44 bem como em ambos os locais aventados não poderão ser executadas as
45 edificações pretendidas por tratar-se de áreas de maior restrição, conforme
46 legislação vigente, recomendando ainda a composição de comissão técnica para
47 determinação de locais aptos para localização de equipamento turístico em
48 especial hoteleiro naquele município . Prefeito Cleantes Coelho Xavier, esclareceu
49 que a respeito do técnico do ITCF, o mesmo vem sendo conivente com o
50 desmatamento de uma área no perímetro urbano que encontra-se " sub judice "
51 colocando-se favorável ao empreendimento pois o município é bastante carente de
52 recursos e estes empreendimentos trariam fontes de renda à população local,
53 protestou sobre o fato de que os técnicos da SEPL, em virtude da vistoria no local,
54 não entraram em contato com o Prefeito, para que o mesmo pudesse acompanhá-
55 los, sendo do seu entender que a área pretendida pelo Village Guaraqueçaba não
56 apresenta problemas de ordem ecológica. Sr. Luiz Renato Munhoz expôs sobre os
57 desmates embargados pelo ITCF sendo que até então a empresa não havia
58 solicitado anuência ao Conselho, falou ainda que o mencionado turismo ecológico
59 que seria promovido pela empresa não coincide com as diretrizes da SEMA, IBDF
60 e EMBATUR, bem como o empreendimento situa-se numa área contígua ao
61 mangue considerando área de preservação permanente pela legislação vigente,
62 salientou ainda que esteve presente no local de forma a ter um melhor
63 embasamento sobre o assunto. Dr. Ary Veloso Queiroz solicitou que os
64 Conselheiros se ativessem aos pontos apresentados no relatório do Conselho
65 dando atribuição ao mesmo para autorizar empreendimentos dessa natureza em
66 áreas de maior restrição, colocando-se favorável à criação da Comissão Técnica
67 para determinação de locais mais apto para esse tipo de empreendimento. Sr.
68 José Roque da Silva explanou sobre a necessidade de se promover urgentemente
69 uma adequação da legislação vigente, de forma a haver uma viabilização de tais
70 empreendimentos, Dr. Cândido Gomes Chagas, sugeriu que o relatório não fosse
71 votado na presente reunião, pois tecnicamente teria-se que votar
72 desfavoravelmente ao empreendimento, sendo que ao seu entender existe a
73 possibilidade de se proceder adaptações por parte dos órgãos e o interessado. Dr.
74 Ivo Mendes Lima, falou sobre a necessidade da compatibilização da legislação
75 vigente com o desenvolvimento racional do litoral. Dr. Ary Veloso Queiroz colocou
76 a importância de se formar uma comissão para análise mais aprofundada sobre o
77 assunto de forma a se fornecer alternativas viáveis ao empreendimento. Prefeito
78 Cleantes Coelho Xavier, expôs sobre a sua intenção de se afastar do Conselho do
79 Litoral, Prefeito Mário Pock e Joubert Gonzaga Vieira solicitaram que o Prefeito
80 Cleantes Coelho Xavier revesse sua posição, houveram várias ponderações por
81 parte dos Conselheiros no sentido de que o relatório não fosse votado na presente
82 reunião, Dr. Ary Veloso Queiroz, colocou em votação a proposta do Dr. Cândido
83 Gomes Chagas de que o relatório não fosse votado e fosse criada comissão
84 técnica envolvendo a SEDU, SEPL e o ITCF para apontar alternativas, dentro dos
85 aspectos legais vigentes, ao empreendimento do Village Guaraqueçaba, sendo
86 então a mesma aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. B -
87 Apresentação da análise e minuta do Decreto sobre o fundo de multas: Dr. Ary
88 Veloso Queiroz, esclareceu que o assunto esta sendo analisado por uma
89 comissão presidida pelo Dr. Renê Ariel Dotti e que a mesma não terminou seus
90 estudos, devendo os mesmos serem apresentados em uma reunião oportuna. C -

91 Apresentação do estudo elaborado para delimitação das linhas do zoneamento
92 urbano e suas conclusões sobre o aglomerado urbano de Matinhos e Caiobá: Dr.
93 Guilherme Lindroth, presidindo a comissão passou a tecer conclusões do trabalho,
94 sendo o mesmo dividido em três partes, quais sejam: o trecho entre a Praia Mansa
95 de Caiobá ao Morretes do Boqueirão em Matinhos, Guaratuba e outro trecho
96 desde Matinhos até Pontal do Sul, colocando que dada a dificuldade de ser
97 conseguir a planta do loteamento foi elaborado o primeiro estudo do trecho do
98 Morretes do Boqueirão até a Praia Mansa, o qual foi entregue aos Conselheiros
99 contendo as plantas com alterações propostas pela comissão, arguindo ao
100 Conselho se tais alterações necessitariam de aprovação do Poder Executivo
101 Estadual. Dr. Ivo Mendes Lima colocou sobre a dificuldade de se determinar
102 exatamente a delimitação das linhas, vez que o zoneamento do Decreto 2722/84,
103 foi elaborado numa escala 1:10.000 e sem os loteamentos aprovados, sendo
104 então que a comissão procurou determinar o traçado das linhas de zoneamento
105 nas plantas em escala 1:02.000 com os loteamentos existentes. Dr. Ary Veloso
106 Queiroz ponderou da necessidade de se obter a aprovação por parte do Poder
107 Executivo Estadual, pois houve uma alteração substancial em alguns terrenos que
108 passaram da ZR-2 para ZR-5. Dr. Guilherme Lindroth explanou sobre o problema
109 de uma quadra de frente para o mar que foi delimitado no zoneamento em ZR-4
110 quando as demais foram delimitadas como ZR-7. Dr. Ivo Mendes Lima colocou
111 que no seu entender a comissão deve se ater apenas na delimitação das linhas do
112 presente zoneamento e não a alteração significativas das ZR(S), e que tal estudo
113 fosse votado na presente reunião. Dr. Ary Veloso Queiroz colocou em votação o
114 estudo e as conclusões apresentadas pela comissão, sendo os mesmos
115 aprovados por unanimidade dos Conselheiros Presentes. Dr. Ary Veloso Queiroz
116 colocou que o Conselho aguardará os estudos restantes, para encaminhamento e
117 aprovação posterior do Poder Executivo Estadual. D - Relato sobre a ocupação
118 das áreas de maior restrição no trecho entre Matinhos (Morretes do Boqueirão) a
119 Pontal do Sul (canal do DNOS): Dr. Shigueru Shimizu, Secretário do Conselho
120 expôs sobre o problema da área de maior restrição dos 80 metros contados a
121 partir da linha do preamar médio de 1831, definida em lei e decreto, sendo que os
122 mapas de zoneamento e integrantes do decreto 2.722/84 não levam em
123 consideração tal área de maior restrição, o que gerou estudos realizados por
124 Comissão Especial do Conselho em 16/01/86 que foram aprovados na quinta
125 reunião ordinária do Conselho dando tratamento diferenciado ao trecho de
126 Morretes Boqueirão - Matinhos à Praia Mansa - Caiobá onde se levaria em conta
127 somente os mapas do decreto 2.722/84, o que veio gerar alguns mandados de
128 segurança que foram ganhos por terceiros, compreendendo edificações no trecho
129 de Matinhos - Morretes Boqueirão à Pontal do Sul - Canal do DNOS, sendo então
130 a partir desses fatos a Secretaria Executiva passou a emitir anuências prévias aos
131 projetos que se localizam também na faixa dos 80 metros contados a partir da
132 linha do preamar médio de 1831 no trecho de Pontal do Sul à Matinhos num total
133 de 17 anuências prévias até presente data sem que houvesse uma resolução do
134 Conselho neste sentido. Dr. Guilherme Lindroth, esclareceu que tal assunto trata-
135 se de uma incongruência entre a lei 7389/80 e do decreto 2722/84, sugerindo que
136 houvesse uma normatização por parte do Conselho no sentido que nestes trechos
137 fossem considerados para efeitos de área maior restrição a alinhamento predial

138 para os loteamentos já aprovados e para os loteamentos novos considera-se
139 então a faixa dos 80 metros. Falou ainda sobre a dificuldade da definição por parte
140 do SPU, da linha do preamar médio de 1831. Dr. Ary Veloso Queiroz ponderou
141 sobre a necessidade de se encaminhar tal assunto à Assembléia Legislativa para
142 regularização desse princípio enunciado pela lei nº 7389/80. 5 - Assuntos Gerais:
143 Dr. Cândido Gomes Chagas explanou sobre o problema da ocupação das Caieiras
144 em Guaratuba, que foi levantado por sua pessoa, havendo resposta por parte do
145 SPU e a COHAPAR, sugerindo que sejam convidados os dirigentes daqueles
146 órgãos para comparecerem em reunião do Conselho para que haja uma solução
147 da questão, falou ainda sobre a reparação da Avenida Beira Mar que vem sendo
148 realizada pela Prefeitura de Guaratuba. Solicitou também providências quanto ao
149 planejamento que está ocorrendo em Guaratuba. Dr. Ary Veloso Queiroz
150 esclareceu que já solicitou estudos ao Projeto Cura do Litoral e especialistas,
151 sendo que a Secretaria do Estado dos Transportes contratou uma empresa
152 realizar a batimetria no local. Dr. Luiz Renato Munhoz solicitou estudos sobre os
153 reflexos e alternativas com relação ao corte dos incentivos fiscais para
154 reflorestamento na região Sul. Dr. Ary Veloso Queiroz esclareceu que a Secretaria
155 de Estado da Agricultura já apresentou estudos ao Governo do Estado neste
156 sentido, solicitando que a Secretaria Executiva providencie estudos para
157 encaminhamento aos Senhores Conselheiros, Dr. Lúcio Corrêa Moura, falou sobre
158 a necessidade de estudos visando mudanças do atual zoneamento, pois no seu
159 entender as condições de infra - estrutura na região são bem diferentes da época
160 em que tal zoneamento foi realizado. Dr. Ary Veloso Queiroz, ponderou que
161 necessitaríamos inicialmente de um amplo levantamento de dados técnicos para
162 se avaliar a necessidade ou não de mudanças no atual zoneamento, explanou
163 ainda sobre os problemas enfrentados na temporada no litoral no tocante ao
164 abastecimento de água, luz, esgoto, etc., e os problemas que poderão advir em
165 decorrência de uma alteração do atual zoneamento, ao final convidou o Dr. Lúcio
166 Moura a participar da comissão que está elaborando a delimitação das linhas de
167 zoneamento. Dr. Guilherme Lindroth, solicitou que FAMEPAR apresenta os critérios
168 de ocupação das ZPA - Zonas de Proteção Ambiental para apreciação e
169 deliberação do Conselho a respeito. Encerramento: Em seguida o Dr. Ary Veloso
170 Queiroz colocou a palavra em aberto para os demais Conselheiros, como ninguém
171 fez uso da mesma, deu-se por encerrados os trabalhos da Décima Quinta Reunião
172 Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, e eu
173 Shigueru Shimizu, Secretário Executivo do Conselho, lavrei a presente ata a qual
174 assino, juntamente com o Presidente do Conselho e submeto a apreciação e
175 votação dos demais Conselheiros.